



Passagens

Experiencias de Liberdade em espaços de transição

Passage
Experiences of Freedom in transitional spaces

Pedro Pereira Leite*

*Movimiento Internacional para la Nueva Museología MINOM / Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. E-mail: pedropereiraite@hotmail.com

Resumo

Neste trabalho apresentamos 5 fragmentos sobre processos de museologia social em Portugal, que demonstram o potencial libertador em espaço urbanos. Nos cinco fragmentos, que usamos recorrendo à inspiração de Walter Benjamin, propomos um reconhecimento do mundo como relevância, refletindo a partir da poética museológica na busca do direito à memória como processo de liberdade e criação de justiça cognitiva em espaços de cidadania. Partimos duma abordagem do potencial transformador da ideia de liminaridade, daqueles que se encontram em espaços de fronteira ou de renovação, em que ainda não sendo o que procuram ser, e já não sendo os seres anteriores, encontram-se num interstício que tudo permite. Daqueles que se encontram num momento de passagem. Depois, analisamos os processos de criação de comunidades sustentáveis a partir da educação patrimonial. Com essas interrogações analisamos cinco casos de processos em Portugal para defendermos que a museologia social se pode constituir como uma ferramenta de transformação social para as comunidades em situações de liminaridade, e que essa transição pode ser libertadora e emancipatória através da exploração do potencial das ferramentas da museologia social, como sejam os inventários participativos, as práticas de educação patrimonial e de co criação.

Palabras claves: Museología social; Memoria; Transformación; Participación

Abstract

In this work we present five fragments on social museology processes in Portugal, which demonstrate the liberating potential in urban space. In the five fragments, which we use using the inspiration of Walter Benjamin, we propose a recognition of the world as relevance, reflecting from the museological poetics in search for the right to memory as a process of freedom and creation of cognitive justice in spaces of citizenship. We start from an approach to the transforming potential of the idea of liminality, of those who find themselves in frontier or renewal spaces, where they are not what they seek to be, and are no longer the former beings, they are in an interstice that allows everything. Of those who are in a moment of passage. Then, we analyze the processes of creating sustainable communities from heritage education. With these questions, we have analyzed five cases in Portugal to defend that social museology can be a tool for social transformation for communities in situations of liminality, and that this transition can be liberating and emancipatory by exploiting the potential of social museology, such as participatory inventories, heritage education and co-creation practices.

Keywords: Social museology; Memory; Transformation; Participation

1. Passagens e Espaços de Liberdade

Walter Benjamin não chega a publicar a sua obra “*Passagens*”, quando, na sua fuga mal sucedida da fúria nazi, entrega a sua vida e o seu sofrimento a uma dose letal de morfina. Os caminhos da liberdade são por vezes sinuosos. Escolhemos esta metáfora para pensar os processos de transição que estamos a viver nas nossas cidades, como opção de afirmação da liberdade e do uso da memória para construir justiça cognitiva.

No seu capítulo “*Fourier ou Passagens*” incluído no artigo

“*Paris capital do Século XIX*”, Benjamin (Benjamin, 2009) fala sobre o modo como as galerias de luxo da capital francesa, cobertas de ferro e vidro, se estavam a tornar atrações fantasmagórica. Lugares em que os engenheiros substituíram os arquitetos. No pensamento benjaminiano, esta é uma crítica à transformação da cidade, enquanto espaço de vida, para espaço de consumo. Na nossa opinião, estas são desafios nas nossas cidades do presente. Estamos a viver um processo de transição no nosso mundo e temos a opção de construir cidades de liberdade como lugares de utopia com base na memória das comunidades, ou manter as cidades mercadorias que nos conduzem à asfixia

Recibido 07-09-2018. Recibido con correcciones 06-02-2019. Aceptado 13-03-2019

Revista del Museo de Antropología 12 (2): 157-164, 2019 / ISSN 1852-060X (impreso) / ISSN 1852-4826 (electrónico)

<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/index>

IDACOR-CONICET / Facultad de Filosofía y Humanidades – Universidad Nacional de Córdoba - Argentina

ambiental e social. Por isso procuramos entender os rituais de passagem, presentes nas ciências sociais e a forma como estão a acontecer em espaços urbanos na Lusitânia, usada aqui como metáfora do mundo ibérico ocidental.

Os rituais de passagem estudados em 1909, pelo antropólogo Arnold van Gennep¹ (1873-1957) nas comunidades tradicionais, sobretudo nas que é afetada pelos processos de mudança. Em contexto cosmopolita ou de globalização. Por exemplo, as manifestações das culturas tradicionais, que no início do século XX em França eram olhadas como manifestações do passado, passaram a ser olhadas, pelo antropólogo francês como manifestações vivas. Ao analisar as manifestações culturais nas comunidades tradicionais, como processos de relações mútuas, Van Gennep observa as formas como o desaparecimento de alguns elementos de relacionamento entre grupos, leva ao surgimento de novas manifestações e novos processos, com outro tipo de linguagens, que lentamente se vão afirmando nas comunidades levando à disseminação da cultura cosmopolita.

Mas olhando para a proposta de Van Gennep que decompõe os ritos de passagem em três categorias: “ritos de separação”, “ritos de margem” e “ritos de agregação”, que permitem entender o funcionamento das passagens que se expressam nos diferentes rituais sociais. Segundo o autor, todos as três categorias contêm três fases ou momentos, nos quais é possível entender a relevância da “passagem” ou transição. Por exemplo, nos rituais de nascimento e casamento, vincula-se a agregação e no rito funerário a separação ou despedida.

Na categoria da margem, visto como interlúdio ou estado de liminaridade onde já não se pertence a um determinado grupo, não tendo ainda sido aceite no novo grupo. Van Gennep destaca a sua relevância para entender os momentos de passagem. Momentos, que por analogia com arquitetura, podemos considerar como o “pórtico”. O pórtico delimita os mundos. O mundo exterior do interior. O espaço dos limites ou de fronteira, onde tudo pode suceder e onde tudo sendo, ainda não é. Os ritos de margem são os ritos liminares. Segundo o autor os ritos de separação são preliminares, e os de agregação pós-liminares.

¹ Charles-Arnold Kurr van Gennep (1873 -1957) antropólogo francês publicou em 1909 o livro “Ritos de Passagens” onde analisa os processos de transição dos indivíduos, ou grupos de indivíduos na sociedade. Conclui que na sua maioria dos ritos analisados observavam uma sequência que incluía “separação”, “transição” e “agregação” e que as suas representações simbólicas os ritos ilustravam os princípios de renovação ou regeneração indispensáveis a qualquer sociedade humana. O conceito de regeneração social de van Gennep é interessante para analisarmos os processos em que os indivíduos ou grupos se encontram em estado de transição, desvinculados das condições anteriores mas ainda não incluídos ou incorporados na sua nova condição. Nesta situação de “liminaridade” eles constituem um problema para a sociedade já que situam-se fora das áreas normais de controlo social normativo. Nessas condições ou se assumem e integram nos valores dos grupos pré-existentes, ou na sua impossibilidade ou vontade integrativa, criam novos valores e processos de integração, incorporando e recriando novos processos que vivem na sociedade, criando com isso novas narrativas de legitimação. No contributo de Van Gennep destacamos o conceito de liminaridade que mais á frente utilizaremos.

Segundo a análise do autor, o ritual não tem um modo de funcionamento único. A sua análise não teve como objetivo reduzir os processos rituais a sentidos únicos e uniformes de passagens, onde cada momento pode ter um significado específico no processo da comunidade. Este é uma dos contributos essenciais da proposta que salienta a passagem como uma exploração de possibilidades de múltiplos sentidos. Ao longo do processo de transição (do ritual da passagem) as várias fases vão surgindo de forma que cada momento se possa justapor ou combinar com o anterior. Os seja não há um separação súbita nem uma agregação súbita, nem tão a margem é algo indefinido no ritual de passagem. Ou seja o ritual de passagem é marcado pela posição do observador, pois a modificação do estado vai sendo vivida, de diferentes maneiras pelos participantes na cerimónia, em função do papel de maior ou menor proximidade. O autor chama a esta “rotação do do sagrado”, onde esse valor sagrado não é fixo, mas depende da posição que a pessoa (objeto do rito) ocupa nas “sociedades especiais” entre si e em relação às “sociedades gerais”.

Para Van Gennep toda a comunidade não existe como sociedade geral. Ela é composta por comunidades de interesses que se agrupam em categorias, em função dos seus papeis na sociedade. Nas sociedades tradicionais, esses papéis são mais evidentes, e os ritos mais fáceis de perceber, quase todos eles relacionados com o tempo. Nas sociedades cosmopolitas, os rituais relacionados com o tempo mantêm-se, adicionando-se os novos modos de vida cosmopolitas, onde as transições entre grupos não tem por base as transições temporais, mas também, de forma muito a mais evidente, as transições que se efetuam no espaço da formação social, agora mais acessíveis pela elevada troca de processos interação social. A tese central do autor, sobre a mudança social, nas sociedades moderna, é que os processo não só são mais frequentes, mais difíceis de focalizar e, uma vez que a formação social é mais complexa ocorrem em permanência nos indivíduos e grupos levando a uma permanente fluidez de processos de passagens. De certa forma a liminaridade passou a constituir-se como uma condição de permanência nas sociedades multiculturais cosmopolitas.

A relevância dos trabalhos de Van Gennep ao constituir os ritos de passagem como análise de fenómenos sociais vai influenciar a ideia de liminaridade em Victor Turner² (1920-1983), que incorpora a visão do rito como composto por etapas, desenvolvendo a ideia de liminaridade. Ora a noção de *liminaridade*, elaborado por Turner, e a partir

² Victor Turner (1920-1983) Antropólogo que trabalhou as questões dos símbolos, rituais e ritos de passagem. Introduz, nos anos 50 o estudo do drama social como elemento produzido na resolução de tensões sociais face a processos estruturais contraditórios. Os princípios do drama social podem não ser conscientes para os atores sociais, mas enquadram as suas formas de conduta em situação de conflito. No drama social a simbolização dos rituais torna-se um elemento de análise crítica, por, em torno deles. Se agregarem as forças em oposição, pressionando os atores sociais a esforços convergentes ou divergente na resolução dos conflitos presentes. As situações do inconsciente social marca o lugar crítico dos rituais de simbolização na obra de Turner, e ajuda a entendermos o conceito de liminaridade que este apresenta.

dela, o conceito de *communitas*³, corresponde a momento de margem dos ritos de passagem, fase ritual na qual os sujeitos apresentam-se indeterminados, em uma espécie de processo transitório de “morte” social, para, em seguida, “renascerem” e reintegrarem-se à estrutura social. Liminalidade é, portanto, uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um entre-lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. Segundo Turner, a vida social movimenta-se a partir do movimento dialético, envolvendo estrutura social e *communitas*, estrutura e anti-estrutura, alimentado pelas práticas rituais⁴.

Em síntese deste ponto, queremos salientar que o conceito de liminaridade, olhado como um processo de transição nas sociedades cosmopolitas corresponde a práticas sociais em que indivíduos não integrados em grupos de poder efetuam rituais ou atos performativos que se situam fora das narrativas dominantes. E a partir dessa observação colocamos como hipótese que as práticas sociais rebeldes concretizam essa situação de liminaridade.

2. Museologia Social e novos processos museais nas cidades

Partindo da hipótese que acima enunciamos, de que as práticas rebeldes correspondem a atos performativos de formação de identidades em sociedades de transição, colocamos como questão a relação entre as novas formas de manifestações identitárias nas cidades e os novos processos museológicos. Os processos museológicos constituem-se como narrativas que relacionam as experiências, individuais e coletivas em contexto, através de objetos socialmente construído.

A Europa é hoje um território urbano com mais de 2/3 da sua população a viver em cidades. Em todo o mundo, a urbanização cresce, estimando-se que mais da população mundial seja hoje urbana, prevendo-se que em meados deste século, alcance também os 2/3. A vida urbana gera muitos problemas. Mas as cidades são também os lugares onde as soluções são encontradas. São lugares de ciência, de inovação, de cultura e criatividade. É nas cidades que o nosso futuro comum se joga, seja nas alterações climáticas, seja transição energética, seja inclusive na criação da sustentabilidade. É também na cidade que se enfrentam os grandes problemas da pobreza, da fome e da segurança alimentar, da segurança humana e das sociedades pacíficas, do desemprego e da diversidade cultural.

Para efeito da investigação feita neste artigo trabalharemos a partir da ideia de cidade-mundo, um conceito defendido pelo pedagogo António Valleriani (Valleriani, 2012) que defende a necessidade de uma *ideia pedagógica barroca*, que tem por base uma ética sensível à razão do corpo, do

outro e do contexto ambiental onde se vive.

A Cidade Mundo é um conceito policêntrico sobre a dinâmica cultural que irradia a sua influência para a envolvente, a partir do espírito do tempo, criando uma nova narrativa sobre as identidades, cerzindo as diferenças pelo diálogo e pelo confronto, mas que mostra potencia criativo rasgando novos horizontes para explorar a construção da justiça cognitiva e a inovação social. É na cidade que se desenvolve a relação entre cultura e desenvolvimento.

Esta é uma relação complexa, que exprime um campo ainda não completamente consensualizado pela ciência social e pelas ações políticas. Ela está presente na Convenção da UNESCO sobre Proteção e Promoção da Diversidade Cultural (2005) e na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, assinada em 2002. Contudo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), malgrado várias posições contrárias, a cultura encontra-se ausente como pilar do desenvolvimento, assumindo um contributo transversal em vários dos objetivos. (Leite, 2015)

A relação entre cultura e desenvolvimento é uma questão complexa que depende da forma como o problema é colocado e da matriz teórica que utilizamos sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento. O problema é tanto mais complexo quanto sabemos que entre a produção teórica feita nos centros académicos, quase todos eles situados nas universidades europeias e norte-americanas, e a realidade da vida das comunidades locais nos diferentes territórios alvo dos programas de desenvolvimento, há igualmente uma grande distância.

Para além da polissemia do conceito de desenvolvimento, verifica-se uma profunda clivagem em relação ao que são ações facilitadoras do desenvolvimento que podemos considerar de carácter cultural. Por exemplo a ideia que é necessário capacitar agentes locais, que implica o reconhecimento das especificidades culturais (culturas locais, processos económicos, sistemas de trocas, relações simbólicas, redes sociais de ajuda, etc.); ou mesmo a ideia que o Desenvolvimento se mede por índices, (Índice de Desenvolvimento Humano) o que leva a ações de desenvolvimento no campo da educação, saúde e economia (geração de renda); ou ainda de que o desenvolvimento depende da existência da livre-troca e da democracia, sendo portanto necessário concentrar o esforço em três áreas, economia, política e segurança. Estamos perante um mundo de opções que se diferenciam em função das referências epistemológicas usadas, que mostram um campo complexo. Há no entanto um alargado consenso que a questão do desenvolvimento sustentado envolve diversas dimensões do ser humano, da sociedade e da sua relação com a natureza (ambiente).

A questão de que a cultura, por si própria tem capacidade para gerar crescimento económico pode não ser consensual. A cultura em si não gera nada. O que é possível de gerar renda são os processos produtivos em que as atividades culturais e criativas podem gerar. Para isso é útil usar a ideia de economia criativa (Leite 2017), que analisa a produção e a circulação das atividades criativas, tratadas como

³ <https://globalherit.hypotheses.org/6150>

⁴ Sobre a questão das práticas rituais e o contributo de Turner veja-se Cavalcanti, Laura (2010) “Ritual, drama e performance na cultura popular: uma conversa entre a antropologia e o teatro”, in I Encontro da Cultura Popular com as Artes Cênicas promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro

mercadorias. A questão leva à ideia de que os sistemas públicos devem promover políticas públicas orientadas para a gestão e valorização das práticas culturais conexas com a economia criativa, com o objetivo de criar um crescimento económico, por via da criação de renda, de emprego e de bem-estar social, ainda que este seja de difícil aferição.

Esta questão complexa relaciona-se com a gestão dos bens públicos (recursos financeiros e equipamentos públicos) com o mercado, na sua livre competição com base na relação entre a oferta e a procura, na competitividade e na qualidade dos produtos e serviços culturais. Complexo porque implica que a gestão da cultura, pelos poderes públicos, podem ser assumida como um serviço comercial ou como uma intervenção na comunidade para facilitar o seu empoderamento.

No primeiro caso, o dos serviços culturais, assumidos como uma lógica de mercado, implica a criação de um conjunto de equipamentos e serviços a oferecer a um dado território, em função das necessidades identificadas da população desse território. No segundo caso, em que a lógica dos serviços públicos culturais se orienta para a gestão da cultura como forma de valorizar as práticas das comunidades, tal como aconteceu recentemente no Brasil com a política dos Pontos Culturais do ministro Gilberto Gil (Turino, 2010). A questão não será de fácil resposta, pois há hoje bens culturais que são consumidos no mercado. É por exemplo o caso das Televisão, da Internet. São bens que satisfazem necessidades culturais e simultaneamente preenchem um conjunto de direitos de cidadania. Mas como defende Yúdice (Yudice, 2006), este tipo de cultura é um serviço que se centra no seu próprio consumo, tem-se a si própria como objeto mercadoria. As suas narrativas estão ancoradas na publicidade, e os seus serviços são hoje cada vez mais eventos corporativos apoiados por algumas políticas públicas.

Contudo se olharmos para a cultura como uma lógica da emancipação social e da justiça cognitiva como empedramento das comunidades, dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável, de alcançar a igualdade de género, a educação universal de construí cidades resilientes e comunidades que gerem os seus conflitos de forma pacífica, verificamos que os serviços culturais na comunidade podem oferecer um espaço de encontro onde se podem criar alternativas de emancipação social.

As cidades mundo procuram criar uma centralidade policêntrica com base no universalismo da diferença. Cidades mundo, segundo Valleriani, são cidades mestiças onde se combinam culturas e valores e ideias. São espaço de criação e inovação social. Uma inovação que é criada a partir do mundo dialógico da liberdade e do diálogo com o outro. Cada um assume-se como ser autónomo em relação com o outro e a partir do qual se constroem narrativas sobre a heterogeneidade com base numa ética Barroca (Santos 2000).

Nos espaços e processo museológicos, encontramos as diferentes leituras do mundo, construídas pelas memórias coletivas. Vivência e experiências sociais que narram

aspectos da memória do grupo social onde se geram, quase sempre, memórias hegemónicas que encobrem silêncios e esquecimentos (Ricoeur 2000). Uma História e memória oficial da sociedade que resulta dum acordo sobre o passado, filtrada e interpretada por interesses dominantes (em cada tempo), transportando valores, mitos, arquétipos e que tem como função uniformizar essas lembranças.

Em 2015, a UNESCO aprova uma Recomendação para Museus e Coleções, sua Diversidade e Função Social, que culmina um longo processo de debate no campo da museologia sobre a Função Social dos Museus (Leite 2015). A Função social dos museus, e por consequência a função dos processos museológicos traduz, um esforço de adequação dos Museus ao mundo. (Moutinho, 1993). Esse foi o centro do debate na museologia social, que ao longo de cerca de trinta anos procurou demonstrar, que para além de processos museológicos mais tradicionais, uma boa parte da renovação da museologia, estava a acontecer por incorporação de novos objetos, pelo alargamento da relevância dos processos museológicos aos territórios (incorporando a ideia de ecomuseologia) e por uma inclusão das comunidades nos processos (integrando igualmente as ideias de museus de comunidade e de vizinhança).

A questão da Função Social dos Museus, que nesta recomendação da UNESCO é sublinhada como missão para os museus enfrenta, nas nossas cidades, um desafio de pesquisa que necessita de ser resolvido. Propomos avançar através da pesquisa ação de objetos experimentais constituídos por círculos museológicos em diferentes lugares para criar espaços de encontro, construir ponto e ligar pessoas. Tem como objetivo impulsionar os grupos para se aproximarem e reconhecer o Outro, de expor e receber memórias, de recriar memórias mestiças de forma a criar narrativas holísticas sobre a diversidade. Procura-se criar estes grupos a partir de pontos (cidade-mundo) que apresentem potência criativa, de forma a recriar história onde sejam visíveis memórias emergentes e integrados os significados e sentidos do Outro, valorizados os seus mitos, os seus sonhos, os seus desejos como fatores fundamentais de um percurso de transformação. Tem como objetivo criar centralidades policêntrica do universalismo da diferença com base numa racionalidade barroca mestiça. A observação dos processos de construção das narrativas sobre a diversidade cultural permitem identificar a desenvolver os processos de resiliência das comunidades e a sua capacidade de adaptação e processos de transformação intensos, que estão a ocorrer nas nossas cidades por via do uso generalizado das novas tecnologias de informação e comunicação.

3. Casos observados na em Portugal

Com base nestas questões procuramos observar processos contemporâneo e procurar interrogar qual a sua relação com a criação de comunidades sustentáveis, onde a partir das prática nos processos sobre as heranças culturais e naturais.

A revisão dos estudos sobre educação patrimonial tem vindo a acentuar que a participação de comunidades e a sua auto-organização na promoção das ações contribui de forma mais acentuada para a criação de comunidades sustentáveis. (Sterling, 2001). Stephen Sterling ao interrogar como é que

se avança para a “sustentabilidade”, coloca dois modelos de possibilidades. Ou avançamos pela crise ou pela modelação.

Ou seja, a criação dum futuro de sustentabilidade, ainda que essa ideia seja uma “utopia” depende, ou de uma vontade coletiva em criar algo, ou duma crise geral do sistema. Atualmente, o debate sobre o “antropoceno” incluindo a análise das fronteiras biofísicas do planete tendem a realçar a necessidade da humanidade dar resposta à crise económica, social e ambiental. Há latente na definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável uma procura de soluções coletivas como resposta à crise planetária. Segundo o autor o fator crítico da sustentabilidade está na educação. Os atuais sistemas educativos não incluem a questão da sustentabilidade e da complexidade na sua raiz conceptual. É necessário repensar os sistemas educativos com base na complexidade. Ora os atuais sistemas educativos estão atrasados na resposta a estas questões.

Sterling usa como exemplo, a criação das Agenda 21 nas comunidades locais. A agenda 21 é criada no Rio de Janeiro em 1992. Na maioria dos casos, essa agenda tem vindo a orientar as ações na sociedade, sobretudo na questão ambiental. Mais lentamente, na análise económica tem vindo a ser integrada a questão das externalidades. Os impactos ou custos económicos no ambiente que resultam das atividades humanas. Segundo o autor a atividade educativa não está a responder a este desafio de forma muito incipiente. Embora existam várias práticas de Educação ambiental ou de Educação Global, elas estão longe de serem uma base da educação escolar e comunitária. Há ainda uma tendência para uma gestão de educação mecanicista ao invés dum sistema de educação para a complexidade, que tem por base a capacidade de resolução de problemas em grupo.

A questão da educação global implica uma mudança de cultura educacional para a realização do potencial humano e a interdependência do bem-estar social económico e ambiental. Isso pode levar a uma aprendizagem transformadora com a compreensão da mudança da natureza das relações da comunidade no seu contexto, seja pela sua história, seja pela contínua recomposição do tecido social por via da vida económica, social e ambiental.

O processo de transição do paradigma através dos trabalhos com as heranças patrimoniais constitui uma ferramenta importante para aumentar a qualidade de vida das comunidades. Cidadãos capazes de refletir de forma mais profunda sobre as transformações sobre os seus próprios valores e formas de pensamento ficam mais aptos a responder de forma mais eficaz às mudanças em curso nas suas comunidades, a responder com resiliência a eventos e a desenvolverem processos de comunicação que permitem criar aumentar a coesão das comunidades.

Neste trabalho procuramos responder a questões de como é que a comunidade de profissionais do património se pode mobilizar para promover uma transformação mais profunda nas aprendizagens sobre os modos de apropriação dos patrimónios pelas comunidades, para aumentar os seus níveis de participação no desenvolvimento de comunidades sustentáveis e resilientes.

O instrumento teórico da Educação Global desenvolve-se em contextos de aprendizagem social em contexto que é próximo das “comunidades de práticas” (CoP), definido como “grupos de pessoas que partilham uma preocupação ou um interesse por algum tema e que aprendem como o conhecer melhor através de interações regulares no tempo”.

Há uma grande variedade de formas de educação patrimonial. A educação popular comunitária, parte dos problemas das comunidades locais e procura que estas sejam os atores do seu próprio empoderamento. A educação patrimonial formal, parte de problemas gerais identificados e da formulação de políticas públicas, recorrendo, de forma mais ou menos intensa a instrumentos públicos. Em todas as formas de educação patrimonial, a questão que se coloca é saber como é que surge e se capta um participante legítimo para o grupo e que tipo específico de conhecimento e atitudes se procuram atingir.

A participação nas organizações e grupos é facilitada ou dificultada em função da eficiência delimitação das fronteiras dos trabalhos definidos para as comunidades de práticas e dos limites mais ou menos largos para os contextos das práticas (por exemplo os compromissos político para as aprendizagens). As comunidades de práticas formam hábitos de conhecimento dos participantes que se não forem levadas em conta pode limitar as potencialidades transformadoras das comunidades sustentáveis. Do ponto de vista do conhecimento transformador é necessário uma reflexão crítica sobre as assunções e os processos que formam e influenciam o que fazemos e a forma como refletimos sobre o que fazemos. Isto permite que os processos de educação patrimonial estejam atentos às relações de poder e às políticas apoiadas no contexto social. Em síntese temos como ferramentas teóricas para comunidades sustentáveis:

Aprendizagens Transformadoras (a)-Educação global (b)-Aprendizagens Sociais (c), em que a) é a reflexão crítica sobre as aprendizagens em património como política sociocultural; b) as heranças com conteúdo social; e c) uma Reflexão Crítica sobre processos de transformação cognitiva. As ferramentas teóricas podem ser para a criação de comunidades sustentáveis necessitam de desenvolver métodos solidários de co construção de desenho dos planos e dos projetos de atividades, de análise crítica dos seus resultados com partilha pelos membros das comunidades com facilitação pelo museólogo.

Procuramos saber, como os trabalhos sobre as heranças culturais naturais podem contribuir, de forma alargada para a sustentabilidade económica, social e ambiental, os três pilares em que assentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Um contributo que pode ser alcançado através de várias ações, nomeadamente:

- As atividades de educação ambiental, que aumentam a consciência sobre o ambiente
- A valorização da paisagem
- A promoção da identidade cultural

A educação e o desenvolvimento da autonomia social podem permitir o desenvolvimento de processo de otimização das competências dos indivíduos e das instituições sociais

de apoio. Trata-se de atividades que permitem a retenção de capacidades para que os indivíduos consigam alcançar e manter empregos dignos, através de competências e conhecimentos necessários aos desafios das comunidades, partindo das realidades locais. A capacidade de construção da autonomia social das comunidades é um processo de mudança comportamental que visa ultrapassar os obstáculos e bloqueios ao desenvolvimento sustentável, por razões de ordem cultural, tal crenças e hábitos de vida, bem como formas arcaicas de organização social, através de processo mensuráveis. A criação de empregos decentes, no âmbito da economia criativa e da inovação social e a redução da pobreza e da exclusão social, através da melhoria dos indicadores da dignidade humana através do exercício da cidadania.

Durante os nossos trabalhos, realizados em 2017 observamos cinco casos. (a.) Laredo- Associação Cultural de mediação), (b.) Moinho da Juventude, Amadora, (c.) Quinta do Mocho, Loures, (d) Associação de Moradores da Culatra, Algarve e (e) Círculo de Sementes, atividades associativa. São atividades e processo diferenciados, mas que procuram mostrar o potencial das ações criativas no âmbito de comunidades sustentáveis.

A Associação Laredo mediação cultural é uma associação cultural criada por Miguel Horta⁵ que tem vindo a promover a leitura a literacia em diferentes ambientes, sejam eles associativos ou prisionais, em bibliotecas, museus. Tem como particularidade desenvolver atividades com comunidades com necessidades educativas especiais e em temas ambientais, sobretudo sobre o mar. Reflete o autor/ator e sobre as suas atividades: “Sempre gostei de intervir nas texturas urbanas, trabalhando com as pessoas através de desafios que as fizessem reunir, pensar, mudar e agir. A Arte e a Poesia conseguem tudo isto ao promover uma cidadania plena nas cidades. Quando a educação artística sai às ruas os seus efeitos são muito gratificantes. Gosto que me proponham desafios que envolvam pessoas, as histórias das suas vidas e do local que habitam” Miguel horta é hoje uma figura de referência nos encontros sobre oralidade e contos tradicionais.

A arte do conto não serve apenas para adormecer as crianças. Nesta abordagem a oratura serve sobretudo para

⁵<http://miguel-horta.blogspot.pt/2014/06/laredo-associacao-cultural.html>



educar adultos. Todos os contos têm uma determinada estrutura. Têm uma introdução onde apresentam um conflito e têm um desenlace. É necessário ao narrador, saber o que é o conto, porque se conta, e como é contado (narrado). O conto, quando está escrito, é independente do narrador, mas é o narrador que tem que procurar a transcendência do conto através da sua narração.

Entregar-se ao conto, entregar-se à narração é não só a aplicação duma técnica (onde a técnica de representação ajuda), mas também a consciência do que se procura transmitir nesse conto. O narrador necessita de saber porque escolhe esse conto, ou por que razão o conto escolheu essa forma narrativa, através desse narrador. Trata-se dum processo que vive, que se manifesta duma determinada forma através dum narrador. O narrador também não é apenas um agente de transmissão (comunicação) inocente. É um agente, ou ator ativo, envolvido no processo, que acrescenta uma experiência pessoal e que dialoga com a estrutura do conto e trabalha uma dimensão emotiva da memória.

Moinho da Juventude⁶ associação cultural, na Amadora cidade periférica de Lisboa tem vindo a trabalhar há mais de 30 anos a leitura e a educação na comunidade com apoio de trabalho comunitário. Iniciou o seu trabalho com Eduardo Pontes⁷ e seus vizinhos, residentes na área e preocupados com situação social do bairro. Eduardo Pontes, antigo preso político durante a ditadura fascista em Portugal tinha tido uma experiência de luta anticolonial. Após a libertação criou no Bairro da Cova um projeto de intervenção comunitária, voltado para a educação da comunidade. Criou uma biblioteca e desenvolve várias atividades de literacia. O Moinho da Juventude tornou-se um projeto solido de intervenção comunitária e procura trabalhar a memória coletiva de forma a melhorar a integração do bairro na cidade. O projeto tem conhecido várias dificuldades criadas por conflitos com a dificuldade de reconhecer as potencialidades e as especificidades do bairro face a um diálogo tenso com as ideias hegemónicas sobre a cidade. O trabalho desenvolvido tem vindo a trabalhar a memória do bairro em diferentes dimensões e agora procura-se

⁶<http://www.moinhodajuventude.pt/>

⁷ Eduardo Pontes (1936-2015)



valorizar a comunidade introduzindo a dimensão patrimonial.

A Quinta do Mocho, Loures, é um Bairro periférico de Lisboa, que surge no final dos anos sessenta, numa quinta denominada, Quinta do Mocho, em Sacavém, Lisboa numa urbanização de custos económicos. A partir de abril de 1974, na sequência da Revolução Democrática em Portugal e da emergência do Direito à Habitação, a urbanização, ainda inacabada, é ocupada por comunidades africanas que chegaram a Lisboa. A Quinta e as suas casas inacabadas criaram uma área de grande insalubridade e as suas populações, marginais nas sociedades, eram hostilizadas pelas populações locais.

No final dos anos 90, o programa de regeneração urbana na zona Oriental de Lisboa e os programas de infraestruturas a ele associadas com a exposição Universal realizada em 1998 em Lisboa, obrigou ao realojamento do bairro na sua atual localização, através da construção de casas de habitação precária. O bairro manteve a sua denominação original.

O realojamento da comunidade foi acompanhado pelos serviços da municipalidade tendo sido construído um Centro Cultural, onde, para além das funções culturais, se instalaram funções de assistência social. Em 2013 é criado um programa de intervenção e requalificação do espaço público, desenhado para permitir a aproximação da autarquia local às pessoas. Foram na altura realizadas várias assembleias comunitárias, e nelas emergiu a ideia de contar história do mocho. A história do bairro através da pintura e da abertura do bairro à comunidade envolvente. O mau nome continuava a estigmatizar os habitantes do bairro. O programa da autarquia, "o bairro e o mundo", apoiado no trabalho voluntário dos habitantes locais foi desenvolvendo diversas atividades no bairro e expandiu-se para outras áreas de Loures, onde hoje é dinamizado o "Festival Loures Arte Pública". Atualmente todos os anos o festival possibilita a continuidade da interação da comunidade com a cidade, constituindo a galeria de arte urbana um espaço de interação com a cidade.

A Galeria de arte urbana da quinta do Mocho é dinamizada pela Câmara Municipal de Loures através do convite efetuado a artistas urbanos, que efetuam o trabalho de forma voluntária, sendo que a CML fornece os materiais e suporta as estadias. Até 2017 foram pintadas 342 obras nas fachadas dos edifícios e em lugares públicos de todo o concelho.



A Associação de Moradores da Culatra⁸ é uma estrutura associativa duma pequena ilha no sul de Portugal. É constituída na sequência de um movimento popular de Luta pelo direito à habitação e qualidade de vida. O cordão de ilhas faz parte do interface do Parque Natural da Ria Formosa⁹, saneamento e infraestruturas. Na sequência da revolução do 25 de abril e da extensão do direito a férias em 1974, a conjugação da diminuição da força do estado e a procura de espaço acessíveis para lazer, levou a criação de espaços balneares de residência secundária em pequenos aglomerados piscatórios. Estes aglomerados precários, de ocupação sazonal, foram ganhando alguma dimensão, tendo-se em alguns deles fixado comunidade piscatórias. O Parque natural, criado em 1978, delimita uma área costeira de cerca de 18 hectares, criando limitações aos usos dos territórios, sobretudo à sua urbanização para fins turísticos. Isso suscita um forte conflito entre os usuários do espaço, levando a uma campanha de demolições de segundas habitações. Permaneceram, ao longo dos anos, habitações de pescadores.

As tensões permaneceram e o lugar está também ameaçado pela subida do nível médio das águas do mar. Esta tensão entre os poderes públicos e as vontades das comunidades tem, na questão patrimonial um elemento de conflito. A classificação como património imaterial da procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, um trabalho que resulta do esforço de empoderamento da comunidade da antropóloga Carla Almeida¹⁰ mostra a relevância das tensões entre o ambiente e sociedade e a capacidade de intervenção do associativismo e da ação coletiva num espaço turístico onde os patrimónios são geralmente vistos como heranças subordinadas.

Finalmente **A redeCírculo de Sementes**¹¹ é um projeto de Frederica Teixeira e Pepa Bernardes iniciado em Outubro de 2012 na sequência de um apelo internacional da Vandana Shiva apelando à Libertação das Sementes. Na sequência as autoras organizaram um Workshop de Sementes mas

⁸<https://youtu.be/fMMxAoPMDZI>

⁹<http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnrf>

¹⁰<http://cria.org.pt/wp/carla-almeida/>

¹¹<http://www.wakeseed.org/conteudos.php?id=50>



concluíram que era uma ação que não era suficiente e decidiram prosseguir criando um projeto de atividade desenvolvendo oficinas de recolha de sementes.

Um Círculo de Sementes é uma reunião de um grupo de Amigos, em que cada um se inscreve para multiplicar e guardar Sementes de uma ou mais Culturas. Cada elemento escolhe uma cultura, semeia, cuida, colhe, limpa, seca e armazena as Sementes. Nos encontros todos partilham as suas Sementes e a informação que tem sobre as plantas que escolheram.

A rede tem como objetivo criar Círculos de Sementes por todo o País, redescobrimo, recolhendo e partilhando variedades antigas e tradicionais do património natural que são as sementes. Ao mesmo tempo realizam ações de sensibilização e partilha de conhecimentos sobre sementes e soberania alimentar. Dentro desta Rede todas as Sementes são Partilhadas e nenhuma semente poderá ser Vendida e no são permitidas Sementes geneticamente modificadas.

Para iniciar um Círculo são necessária pelo menos uma pessoa, como máximo sugerimos não mais de 12 pessoas para manter o foco, o apoio e compromisso. Os participantes de cada círculo deverão saber como colher, limpar e armazenar as suas Sementes Deverá ser dada prioridade a Sementes Tradicionais e Rústicas, mas se alguém desejar poderá se inscrever com Culturas que não sejam Tradicionais na sua Zona (por exemplo Stevia).

Os Encontros são momentos de partilha dinamizados por cada Círculo. Podem ser encontros acompanhados de visitas, ajudadas, partilha de sementes, partilha de saberes, celebração, recolha de sementes, entre outros. Cada Círculo deverá criar o seu Banco de Sementes, de forma a criar um banco local de sementes. O banco local tem como objetivo manter o maior número “possível” de diversidade de sementes de uma forma descentralizada e no local, ser recurso para partilhas entre Círculos, para ajudar a iniciar novos círculos.

Conclusão

Concluindo afirmamos que podemos reforçar a nossa preposição de que a intervenção cultural em processos patrimoniais se pode posicionar como um processo de afirmação cidadania e diversidade cultural, contribuindo para comunidades sustentáveis. Nos vários processo observados verificamos que estão a ocorrer transformações e inovações que se refletem no trabalho patrimonial em espaços urbanos de transição. Hoje é necessário observar os processos patrimoniais com outras lentes e outros instrumentos de forma a que seja possível identificar lugares de potência.

Os trabalhos que temos vindo a fazer, a partir de 2017 que passaram pela identificação e análise dos valores culturais das comunidades e proposta da sua incorporação em processos de valorização do património cultural, reforçam a busca do entendimento do papel das comunidades nas dinâmicas transformadoras da sociedade, com o objetivo de favorecer as expressões da diversidade cultural e como processo de partilha de práticas sobre diferentes tipos de património, como forma de liberdade e de construção da justiça cognitiva.

Consideramos que o campo da museologia social em Portugal de deve preparar para se envolver e dar apoio a grupos e comunidades que procuram afirmar as suas memórias,



ancoradas no desenvolvimento da educação patrimonial.

Estes instrumentos devem partir da elaboração de cartas do património participadas, ações de sensibilização pública, a mobilização de recursos para intervenção patrimonial, o desenvolvimento de formação e treino em metodologia de história oral, na criação de arquivos digitais, no uso dos média digitais e o desenvolvimento de apps sobre património, no desenvolvimento das metodologias de trabalhos com grupos, nos procedimentos de envolvimento das comunidades locais, no trabalho com escolas para promoção de oficinas de museologia social.

No trabalho torna-se necessário documentar a história e património da comunidade através do uso de técnicas de imagem e som, no desenvolvimento de exposições participadas, que permita a aplicação de metodologias participativas e o empoderamento de comunidades e na participação de redes de memória que permita ampliar o alcance das ações e promover uma comunicação participativa entre os membros das várias redes.

Coimbra, Portugal, Outubro de 2017

Bibliografia

- Benjamim, Walter (2011) A origem do Drama Barroco Alemão. AnneBlumen.
- Benjamim, Walter (2009). Passagens, Minas Gerais, UFMG
- Cassano, Franco e Leite, Pedro Pereira (2017). Epistemologias Meridionais: Museologia, Urbanismo e Direitos Humanos, *Informal Museology Studies*, nº18
- Leite, Pedro Pereira (2017). *Museologia Social e Dignidade Humana*, Lisboa, Marca D'água
- Leite, Pedro Pereira (2018). *Museologia Social e Paisagens*, *Informal Museology Studies*, nº 19
- ONU, (2015) *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, UN
- Ricœur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oublie*, Paris Editions du Seuil.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da Razão Indolente*, Porto Afrontamento.
- Stephen R. Sterling (2001). *Sustainable Education: Re-visioning Learning and Change*, Green Books for the Schumacher Society.
- Turino, Célio (2010). *Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima*, São Paulo, Anita Garibaldi.
- Valleriani, António (2012). *Ermeneutica dell'educazione*. Studi in onore di Antonio Valleriani
- Yúdice, George (2006) *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*, Belo Horizonte: Editora UFMG